

Abordagens interdisciplinares e interpretações sobre desenvolvimento e mundo rural em um programa de pós-graduação em Ciências Sociais

Interdisciplinary approach and interpretations of development and the rural world in a graduate program in the Social Sciences

Enfoques interdisciplinarios e interpretaciones de desarrollo y mundo rural en un programa de postgrado en Ciencias Sociales

<http://dx.doi.org/10.21713/2358-2332.2016.v13.929>

Susana Cesco, doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora adjunta na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), São Borja, RS, Brasil. E-mail: susanacesco@gmail.com.

Eli Napoleão de Lima, doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e professora associada IV na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: lima.ly@gmail.com.

Roberto José Moreira, doutor em Economia pela Cornell University e professor associado IV na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: moreirarobertojose@gmail.com.

Resumo

A proposta deste estudo insere-se no debate sobre a interdisciplinaridade na pesquisa e na pós-graduação, ao definir como objetivo a análise de abordagens e interpretações sobre “desenvolvimento” e “mundo rural” como conceitos e como prática nas

Ciências Sociais, a partir de um estudo de caso. Para tanto, os autores tomaram como base a produção científica interdisciplinar – teses e dissertações, do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ, voltada para as questões do mundo rural brasileiro. A análise da construção do campo das Ciências Sociais no Brasil é significativa para o entendimento das escolhas e posturas teórico-metodológicas interdisciplinares de muitos programas de pós-graduação, para a elucidação de suas pesquisas e para formulações e interpretações de processos sociais. Como resultado, dentro de um amplo universo de trabalhos acadêmicos, são apresentados exemplos de estudos reconhecidos como interdisciplinares em suas abordagens sobre desenvolvimento e mundo rural.

Palavras-chave: Ciências Sociais. Interdisciplinaridade. Desenvolvimento. Mundo Rural.

Abstract

The proposal of this study is part of the debate about interdisciplinarity in research and graduate study. Its objective is to analyze the approaches and interpretations of “development” and “rural” as concepts and practice in the social sciences, based on a case study. To this end, we shall take as a basis the interdisciplinary scientific production (theses and dissertations) focused on the issues of the rural world, generated by the graduate program of Social Sciences, Development, Agriculture and Society of the *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro* – CPDA/UFRRJ. The analysis of the construction of the Social Sciences in Brazil is significant to the understanding of the choices and interdisciplinary theoretical-methodological stances of many graduate programs, in order to elucidate their research, formulations and interpretations of social processes. As a result, we present within a broad universe of academic papers, examples of studies recognized as being interdisciplinary in their approaches to development and the rural world.

Keywords: Social Sciences. Interdisciplinarity. Development. Rural World.

Resumen

La propuesta de este estudio se insiere en el debate sobre la interdisciplinariedad en la investigación y en el postgrado al definir como objetivo el análisis de abordajes e interpretaciones sobre “desarrollo” y “mundo rural” como conceptos y práctica en las Ciencias Sociales partiendo de un estudio de caso. Para ello, tomaremos como base la producción científica interdisciplinar – tesis y disertaciones – del Postgrado de Ciencias Sociales en Desarrollo, Agricultura y Sociedad de la *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro* (CPDA / UFRRJ), dirigida a las cuestiones del mundo rural brasileño. El análisis de la construcción del campo de las Ciencias Sociales en Brasil es significativo para el entendimiento de las opciones y posturas teórico-metodológicas interdisciplinarias de muchos programas de postgrado, aclaraciones de sus investigaciones, formulaciones e interpretaciones de procesos sociales. Como resultado, presentaremos, dentro de un amplio universo de trabajos académicos, ejemplos de estudios reconocidos como interdisciplinarios en sus abordajes sobre desarrollo y mundo rural.

Palabras clave: Ciencias Sociales. Interdisciplinariedad. Desarrollo. Mundo Rural.

1 INTRODUÇÃO

A produção de conhecimento na área das Ciências Sociais em temas relacionados ao desenvolvimento e ao mundo rural é, por si só, algo complexo. Inicialmente, pela própria definição e constituição do campo das Ciências Sociais no Brasil e em outros países; depois, pelas novas questões que se apresentam na contemporaneidade quando o assunto é o “campo” e seus “desenvolvimentos”.

A questão da interdisciplinaridade ganha destaque no campo acadêmico a partir da ECO-92, possibilitando e estimulando diálogos entre Ciências Humanas e da Natureza. Rocha (2001) analisou quatro programas de pós-graduação focando distintas “institucionalizações do ambientalismo”, a possibilidade de ciências multi, inter e

transdisciplinares e suas estratégias frente às tensões paradigmáticas postas para a epistemologia e o conhecimento disciplinares e departamentais de instituições universitárias. Rubin-Oliveira e Franco (2015) também analisam o “contexto e pretextos” da institucionalização de cinco programas de pós-graduação.

Deve-se, no entanto, ressaltar que diversos programas de pós-graduação no Brasil já realizavam, anteriormente aos anos 1990, pesquisas que podem ser classificadas como interdisciplinares. Nas Ciências Sociais, por exemplo, ultrapassavam o instrumental disciplinar da Sociologia, da Ciência Política, da História, da Economia e da Antropologia. Esses cursos formaram e formam mestres e doutores, que, oriundos de graduações diversas, possibilitaram perspectivas analíticas mais amplas e integradoras do que aquelas provenientes de programas disciplinares.

O reconhecimento de estudos que transitam por diversas fronteiras disciplinares já se faz presente em muitas universidades, institutos de pesquisa e mesmo de agências governamentais, além de ser perceptível na prática diária de vários grupos de pesquisa. Entre os programas de pós-graduação reconhecidos por seguirem orientação interdisciplinar, este estudo concentra-se no CPDA, programa criado em 1976. Moreira (2002, p. 15-44) demonstra que a formação interdisciplinar de mestres no CPDA estaria na confluência de sua formação graduada – o programa acolhe qualquer formação graduada, desde que o aluno seja aprovado nas exigências do processo de seleção –, no arranjo das disciplinas obrigatórias, fundamentais e específicas cursadas, no diálogo com seu orientador – os orientadores têm formações disciplinares diversas – e na construção de seu objeto de pesquisa, possibilitando, assim, nas palavras do autor, “distintas subjetividades científicas interdisciplinares”. Moreira e Rocha (2002) comparam suas pesquisas sobre a temática interdisciplinar destacando as diferentes institucionalizações dos programas no campo científico e em suas instituições universitárias. Cesco, Moreira e Lima (2014) abordam a questão interdisciplinar problematizando o conceito e a prática da pesquisa em teses e dissertações no período 2004-2010.

Este estudo seleciona teses e dissertações do Programa CPDA defendidas no período 2004-2010 como seu material empírico e tem como objetivo principal a elucidação do campo paradigmático (teorias e práticas científicas) interdisciplinares do programa, focando as ideias e interpretações sobre desenvolvimento e mundo rural. Postulamos que esses estudos geraram um campo polifônico de múltiplos significados e abordagens, ressignificando as questões do desenvolvimento e do mundo rural contemporâneo.

De um amplo universo de 211 titulações – 95 teses e 117 dissertações no período –, selecionamos uma amostra intencional de 11 teses e 15 dissertações (12,3% das titulações) para análise. A seleção da amostra teve como critérios básicos o tratamento de temáticas sobre o mundo rural brasileiro e as ideias de desenvolvimento rural ou agrícola no século XX. Entre estas, priorizamos aquelas premiadas ou indicadas para premiação pelo programa e aquelas indicadas pelas bancas examinadoras como altamente relevantes para publicação. Neste estudo, partiu-se da premissa da interdisciplinaridade do programa e objetivou-se apresentar algumas das teses e dissertações analisadas consideradas exemplares das abordagens interdisciplinares nas Ciências Sociais constitutivas do programa (Sociologia, História, Antropologia, Economia e Ciência Política).

A seguir, a problemática do mundo rural é contextualizada historicamente, esclarecendo o campo temático da interdisciplinaridade do CPDA; são apresentadas, com base em amostra intencional, as mudanças interpretativas sobre desenvolvimento e mundo rural em pesquisas do programa e acrescidas algumas considerações finais.

2 CONTEXTUALIZANDO O MUNDO RURAL NO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Sem pretender dar conta de toda a produção historiográfica, este trabalho limita-se a dar um quadro bastante genérico, a título de problematização e contextualização do estudo, procurando enfatizar o escopo da singularidade de um programa que se debruça sobre

fundamentos teóricos das Ciências Sociais e a noção de desenvolvimento; poder, estado e política; relações estado-sociedade e processos de formação do estado; cultura, política e estado; abordagens sociológicas e/ou antropológicas sobre governo, políticas públicas e administração pública; relações de poder no campo; campesinato, política e estado; mundo rural, agricultura e poder no Brasil; conflitos rurais (funditários, ambientais, trabalhistas, étnico-territoriais) e poder público no Brasil; e movimentos sociais no campo e estado.

É fato conhecido que a moderna historiografia brasileira, surgida a partir da Revolução de 1930, nos desdobramentos da crise mundial de 1929, ocorre em meio ao advento de novos segmentos sociais, econômicos e ideológicos porta-vozes de mudanças, em momento em que era necessário repensar o país, a sua história, os seus elementos fundadores.

É daí que datam os famosos livros que reinventaram o país a partir da reflexão sobre seu passado: Casa Grande e Senzala (1933), Raízes do Brasil (1936), Evolução Política do Brasil (1933), Formação do Brasil Contemporâneo – a Colônia (1942); incluídos Coronelismo, Enxada e Voto e Geografia da Fome, respectivamente de Victor Nunes Leal e Josué de Castro, ambos de 1947. (LINHARES, 1999, p. 104).

Com base nessas obras, que, claramente, ultrapassam as barreiras disciplinares tradicionais, Cesco, Moreira e Lima (2014, p. 57) percebem dimensões sociais, políticas, técnicas, culturais e inter-relacionais que só serão elucidadas se ultrapassadas as barreiras disciplinares. É o caso das atuais discussões em torno do rural brasileiro e de seu desenvolvimento.

Metodologicamente, o reconhecimento da validade e da importância das análises interdisciplinares é um indicativo das mudanças conceituais reconhecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A área interdisciplinar é

[...] a área do conhecimento que mais cresce no Brasil, fruto talvez da necessidade de estabelecer novos diálogos com a sociedade e ajudar a

responder aos problemas complexos e híbridos que enfrentamos. Por outro lado, é uma área que contempla diversidade e amplitude quase irrestritas, mesmo dentro dos critérios de avaliação usados pela Capes (CAPES, 2010a).

As análises e interpretações sobre desenvolvimento e mundo rural brasileiro passariam por mudanças nas últimas décadas, e, sobretudo a partir da 2ª Guerra Mundial, o debate político sobre as estruturas socioeconômicas brasileiras assumiria intensidade significativa. Nesse momento, surgem obras marcadas por grandes debates teóricos sobre as origens e o caráter da sociedade brasileira. A partir dos anos 1950, especialmente em termos de passado, a reflexão e o interesse pelo Brasil se realiza por meio da contribuição dos autores de tais obras. Estava em pauta, logo nos primeiros anos do pós-guerra, o debate de ideias acerca da “realidade” do país, as determinantes de seu atraso, assim como de sua superação. A inelutável politização que o acompanhou foi resultado, em grande medida, das realidades econômicas e políticas em vigência, adversas ao prosseguimento do processo de industrialização iniciado nos anos 1930, bem como as questões econômicas e sociais que se expressavam no apoio político à expansão do “mercado interno”, em que a agricultura teria um papel-chave, ou no atendimento aos interesses da “desnacionalização”, como se dizia na época (LINHARES; SILVA, 1981, p. 39).

É de se destacar que a polarização no plano da guerra fria teve uma correspondente polarização interna em termos da análise da realidade e das propostas: por um lado, nacionalismo e entreguismo; por outro, comunismo e democracia. A primeira opção se impôs e apresentou os termos do debate sobre o desenvolvimento capitalista, nos anos 1950 e 1960, a partir de duas noções: a de que os problemas de escassez crônica de gêneros alimentícios para o abastecimento interno dos centros urbanos derivavam da estrutura fundiária (latifúndio *versus* minifúndio), o que determinaria o atraso das forças produtivas e sua inépcia para produzir alimentos a baixo custo para suprimento do mercado interno; e a de que, por não serem capitalistas, as relações de produção no campo “[...] retardavam a expansão do mercado consumidor para os produtos industriais.” (LINHARES; SILVA, 1981, p. 39).

Linhares e Silva (1981, p. 110) argumentam que na década de 1970 tem início uma produção crescente e significativa de pesquisas por parte de economistas, sociólogos, antropólogos e historiadores no âmbito da agricultura, o que possibilitou uma ampla discussão sobre modos de produção e sobre o capitalismo brasileiro a partir da fronteira em movimento, fundamental para diversificar as interpretações da história brasileira e gerar novos campos de pesquisa. Argumentam ainda os autores que, mesmo que a universidade tenha começado tardiamente a refletir sobre o campesinato e a injustiça social no país, a reflexão aí produzida constituiu um pensamento vigoroso, cheio de indignação e capaz de formular saídas para a crise. Inicialmente no Museu Nacional do Rio de Janeiro e, depois, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola – o CPDA do Horto Florestal, bem como na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e na Universidade Federal Fluminense (UFF), surgiram trabalhos que buscavam entender, para transformar, o campo brasileiro.

O Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA) nasceu como uma resposta ao esforço que se realizava no mundo e no Brasil, especificamente, para a “estruturação e operacionalização de sistemas nacionais de planejamento agrícola” (LIMA, 2010, p. 212) e tinha por objetivos iniciais atuar como fórum de debates e de sistematização dos problemas que afetavam o setor agrícola, e como núcleo catalizador e difusor de conhecimento, também objetiva formar, segundo Moreira (2007), quadros para o Sistema Nacional de Planejamento Agrícola (SNPA).

Desde então, o programa postula a aglutinação de Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia, História, Economia e Ciência Política) como estratégia de formação pós-graduada e de pesquisa, definindo como campo temático, inicialmente, o desenvolvimento agrícola. A partir de 1982, o CPDA tornou-se a primeira pós-graduação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da UFRRJ. Nesse momento, o programa insere-se, nas Ciências Sociais, na área de Sociologia do sistema de avaliação da Capes. A partir de 1995, com a criação do doutorado, sua temática é redefinida em estudos sócio-históricos multi e interdisciplinares das relações do desenvolvimento, agricultura

e sociedade na formação social brasileira. Basicamente, desde o início, seu foco foi pensar o desenvolvimento que ocorria no Brasil e formar profissionais conhecedores do momento político, econômico e social contemporâneo.

No cenário político e econômico dos anos 1970, as questões sociais e o campesinato brasileiro – hoje, agricultura familiar – foram se consolidando no ensino e na pesquisa. Inicialmente inserido na Escola Interamericana de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, cedo o CPDA mostrou sua face de Ciências Sociais e direcionou sua produção e seus alunos para um questionamento mais profundo acerca das questões políticas, econômicas e sociais que envolviam o tema “agricultura” no Brasil. Essa especificidade solidificou o grupo interdisciplinar de professores e pesquisadores e as análises sobre o desenvolvimento agrário do país e era distinta da noção vigente de desenvolvimento agrícola.

Fazia-se mister despir-se do esquematismo interpretativo fundado no tripé escravidão negra/latifúndio/monocultura, trazendo à análise a “brecha camponesa” no sistema escravista, anônimos trabalhadores do campo, pequenos ocupantes de glebas quase sempre temporárias. Tornava-se urgente dar conta daqueles personagens de múltiplas caras como, por exemplo, aqueles dedicados à agricultura de subsistência, os vadios e desclassificados, os cabras, os mulatos, os mestiços, os homens livres pobres, os agregados, os posseiros, os meeiros, os moradores de favor, os imigrantes etc. Incluir nos esquemas explicativos em voga a atuação de homens e mulheres que ocuparam a fronteira aberta, povoaram o interior do país e alargaram os horizontes de um novo mundo e que foram condenados à posição de meros figurantes. A história dessa gente que abria trilhas para que surgisse a grande propriedade cuja dinâmica era a apropriação dos espaços, das melhores terras, das fontes de água, levando escravos, arrebanhando trabalhadores onde estes se encontrassem. Tratava-se do outro Brasil, o da retaguarda do litoral, o Brasil iletrado, atrasado, distante, gerador de folclore, de messianismo, de violência, bem como de associados à agricultura voltada ao mercado interno.

O mundo rural era, então, significado como mundo agrário onde a agricultura e seu desenvolvimento desempenhavam papel nevrálgico. Interpretar o papel da agricultura nos quadros do desenvolvimento brasileiro, produzir um maior conhecimento da realidade agrícola e determinar as bases para a hierarquização dos problemas que afligiam o setor eram objetos do debate obrigatório nessa seara. A partir dos anos 1970, em face da abrangência geográfica e da procedência discente, a temática agrária de tais teses e dissertações caracterizou-se pela variedade de enfoques e pela imaginação criativa na utilização das fontes.

No início dos anos 1980, os temas que atraíam a atenção dos pesquisadores relacionavam-se com os novos fatos revelados pela expansão do capitalismo no país: a diferenciação da pequena produção, o fechamento da fronteira agrícola, as cooperativas, as relações de trabalho que tendiam para a generalização do assalariamento no campo. A partir dessa conjuntura, os pesquisadores voltaram a precisar suas preferências pela questão agrária, naquele momento não mais como um entrave ao desenvolvimento capitalista, mas como produto desse mesmo desenvolvimento, o que impunha a sua redefinição no tempo e no espaço, necessária a uma racionalidade imperiosa.

Nos quadros do debate internacional da globalização e do ambientalismo dos anos 1990 há uma ressignificação do rural, que não é mais o agrícola, mas o campo. Opondo-se ao rural agrícola homogêneo, a ruralidade torna-se o rural da diversidade; a noção de paisagem produz a estetização da ruralidade, associada diretamente à natureza. Assim, o rural aparece como paisagem natural a ser preservada, e o papel do agricultor camponês é, agora, o de jardineiro da natureza e não o de responsável pela segurança alimentar. O questionamento do modelo produtivista e de degradação ambiental mudou a visão da agricultura e da ruralidade, o que vai incidir numa indiferença crescente em relação aos problemas econômicos dos agricultores.

A prática da interdisciplinaridade era o ponto forte do programa. Essa prática ia além da tradicional tríade das Ciências Sociais brasileiras – Antropologia, Sociologia e Ciência Política –, sendo esse o diferencial

do programa e o que o distanciava das abordagens comuns dos demais programas da área de Sociologia/Ciências Sociais. Seu foco visava à “formação interdisciplinar, tendo-se em conta que o fenômeno do desenvolvimento não é apenas econômico, sociológico, político, cultural ou técnico, mas um fenômeno social global” (LIMA, 2010, p. 213).

Tem-se por pressuposto que o mundo rural que aparece nas pesquisas representa tensões, conflitos, sedimentações históricas e atualidades das relações campo-cidade. Questões sociopolíticas e culturais relacionadas a esse “mundo” que, consoante com a trajetória acadêmica do CPDA, vem se consolidando como uma nova matriz de análise do mundo rural, não apenas pelo seu caráter interdisciplinar, como também pela sua postulação interpretativa sobre as questões campo-cidade em seu sentido amplo. Nesse sentido, é possível inferir desses trabalhos que o CPDA é ator participante e aglutinador da construção de um “novo rural” no cenário brasileiro (MOREIRA, 2010).

Na primeira década dos anos 2000, o nome do programa mudou. Tornou-se oficialmente Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. A ideia de um programa interdisciplinar tinha em seu cerne a finalidade de convergir experiências, buscando dar conta dos mais variados aspectos das mudanças estruturais e ideológicas pelos quais o mundo rural brasileiro estava passando. A interdisciplinaridade foi qualificada pelo equilíbrio das diversas disciplinas que o compuseram desde sua criação até a atualidade, quando o programa se divide em linhas de pesquisa cujos campos de atuação são: estudos de cultura e mundo rural; instituições, mercados e regulação; movimentos sociais; natureza, ciência e saberes; e políticas públicas, estado e atores sociais.

A seguir, são apresentadas pesquisas de 2004-2010, incluídas na amostra intencional deste estudo.

3 INTERPRETAÇÕES E IDEIAS SOBRE DESENVOLVIMENTO

Pode-se identificar a questão do desenvolvimento em pesquisas que associam crescimento com sustentabilidade, como a tese

Estratégias agroindustriais e desenvolvimento sustentável, em que o autor aborda o que chama de desenvolvimento econômico e social, como sendo desigual em diversos continentes e regiões: “[...] se de um lado nunca foi tão fácil para se alcançar a desejada meta do desenvolvimento econômico e social em termos de tecnologias e potencial produtivo, de outro e ao mesmo tempo, este objetivo se encontra muito distante de amplas populações, em diversos continentes e regiões.” (BASSO, 2004, p. 34). Sob esse argumento, justifica-se a continuidade dos trabalhos com essa abordagem, ainda reforçado pelo fato de que, por mais que tenha evoluído a capacidade de produção de riquezas nas diferentes partes da terra, parte significativa da população em várias regiões continua enfrentando grandes dificuldades para melhorar suas condições de vida e até mesmo para garantir a simples sobrevivência, evidenciando a realidade de que desenvolvimento – como conceito e como prática – ainda é uma questão não resolvida. Basso (2004) entende como objetivo a ser perseguido pelo desenvolvimento a busca da melhoria das condições de vida, com a consequente diminuição das desigualdades sociais e econômicas.

Ponto importante dessa tese é a avaliação mais ampla do que os personagens do desenvolvimento rural entendem como tal, considerando que as condições de reprodução não podem levar em consideração apenas critérios meramente econômicos, sem considerar que as famílias rurais podem valorizar outros critérios para avaliar as suas condições de vida, critérios estes relacionados principalmente às suas práticas sociais e culturais. O conceito de desenvolvimento tratado pelo autor é aquele desenvolvido pelo escritor e economista indiano Amartya Sen, “particularmente interessado em avaliar o impacto da dinâmica socioeconômica na vida dos seres humanos.” (BASSO, 2004, p. 35).

Desse ângulo, a perspectiva abordada do desenvolvimento rural local – no caso do trabalho de Basso de uma região do estado do Rio Grande do Sul – caracteriza-se por considerar a

[...] atividade de desenvolvimento num modelo analítico mais territorial do que setorial, sendo a economia e outras atividades de desenvolvimento

estruturadas para maximizar a retenção de benefícios no território local, valorizando e explorando os recursos físicos e humanos locais e enfocando as necessidades, capacidades e perspectivas da população local (BASSO, 2004, p. 35).

Essa abordagem valoriza ou traz ao foco da análise características outras que não apenas as econômicas, sendo isso percebido como um modelo de desenvolvimento que respeita a variedade cultural e a preservação ambiental, ao mesmo tempo em que também enfatiza o princípio e o processo de participação local no desenho e na implementação de medidas de intervenção no desenvolvimento rural local (BASSO, 2004, p. 35).

A proposta de estudo de Basso também considera e analisa novas propostas teórico-metodológicas para “estudar realidades concretas que contemplam novos procedimentos para captar e explicar mais coerentemente as situações reais de desenvolvimento, respeitando a complexidade, a diversidade, incerteza e contradições presentes nas realidades observadas.” (BASSO, 2004, p. 11). Além disso, o autor pondera que na atualidade é tecnicamente fácil ou muito mais acessível alcançar a desejada meta do desenvolvimento econômico e social em termos de tecnologias e potencial produtivo, e essa “facilidade” também deixa mais evidente a disparidade entre os grupos que alcançam esse modelo de desenvolvimento de amplas populações em diversos continentes e regiões que não o atingem.

Sobre esse aspecto, um ponto importante é a confusão que ocorre comumente entre desenvolvimento rural e desenvolvimento da agricultura em muitos textos, quer de História, quer de Sociologia ou Ciências Políticas, quer de outras áreas. É preciso considerar que “o detalhamento técnico, econômico e ecológico das atividades agropecuárias, por exemplo, que compõem os sistemas produtivos de diferentes tipos de unidades de produção, pode contribuir para melhorar o desempenho dos processos de desenvolvimento rural.” (BASSO, 2004, p. 35).

Para além dessas considerações e tendo por base a análise de Sen sobre desenvolvimento como liberdade, é preciso problematizar

a dimensão imanente das sociedades capitalistas e do capitalismo contemporâneo, cuja hegemonia sobre as dimensões culturais econômicas e políticas e cujos processos de acumulação atuam como produtores de diferenciações e exclusões sociais. A apreensão de Basso sobre desenvolvimento em um determinado recorte espaço-temporal demonstra que famílias rurais podem se utilizar de outros critérios para avaliar sua vida e, como sujeitos sociais, acionam estratégias diferenciadas de autodefinição, que, no entanto, não eliminam, mas reproduzem dificuldades, mesmo que sob novas formas. Essa talvez possa ser, sinteticamente, uma das conclusões do autor e responde a um dos objetivos indicados como motivadores do trabalho de pesquisa, qual seja, o de que o desenvolvimento, na teoria e na prática, ainda é uma questão não resolvida.

Em uma linha argumentativa próxima a essa, a tese *As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)*, de Dias (2004), destaca que a AS-PTA se autodenomina uma ONG que trabalha para promover um modelo de desenvolvimento rural, afirmando ao longo de sua história o desejo de gerar outra concepção de desenvolvimento – adjetivado como alternativo, sustentável ou local – que foi incorporada aos seus objetivos e discursos. “Hoje, nestes mesmos discursos, a palavra desenvolvimento aparece de modo natural, sempre associada aos programas de desenvolvimento local. Ele, o desenvolvimento, aparece como um fato, um dado da realidade ou mesmo uma necessidade.” (DIAS, 2004, p. 3).

O autor entende que, nos discursos construídos pela AS-PTA, desenvolvimento aparece como uma “categoria realizada”, “um princípio que, à la Bourdieu, ao “essencializar” seu objeto, gera e estrutura as práticas e as representações sociais dela derivadas.

Ao longo da trajetória da AS-PTA, as concepções ideais atribuídas à noção de desenvolvimento variaram de acordo com o próprio decorrer das experiências e de sua avaliação reflexiva em diálogos, intencionais ou não, estabelecidos com as revisões que, ao mesmo tempo, ocorriam nos campos político e acadêmico.

Usar o termo desenvolvimento para definir sua atividade também é, para a AS-PTA, um requisito para adentrar determinados campos de relação e reconhecimento que viabilizam e legitimam a própria existência da organização perante determinados atores (DIAS, 2004, p. 5)

Esse seria o caso, por exemplo, de seus financiadores e de instituições acadêmicas e administrativas que lidam com o estudo, a elaboração ou a gestão de políticas públicas. Conclui o autor que “manter a utopia de transformação social viva em sua proposta é fundamental para dar um sentido estratégico ao trabalho e mobilizar partidários” e destaca ainda que no

[...] campo acadêmico a compreensão sobre o desenvolvimento rural foi muito além da mera análise dos processos de progresso técnico dos fatores agrícolas de produção. A referência ao desenvolvimento rural passou a significar a necessidade de compreensão dos mecanismos sociais de interação entre o mundo rural, e suas especificidades, com a sociedade como um todo (DIAS, 2004, p. 6).

O autor esclarece que a ideia de participação ou os métodos participativos, bem como o “formato institucional da intervenção assumido pela AS-PTA é por ela designado de ‘assessoria’” (DIAS, 2004, p. 7-8).

Soares (2009), no trabalho *Agricultura Bico do Papagaio – Tocantins: um estudo sobre as relações entre sociedade civil e desenvolvimento*, afirma que “a noção de desenvolvimento exige, para a sua compreensão, um enfoque analítico integrador que permita a construção de olhares sobre os diferentes atores, nas diferentes escalas em que atuam” (p. 31). Baseando-se na abordagem de Sen e sua noção de desenvolvimento como liberdade, o autor parte do pressuposto de que

[...] os limites dos enfoques convencionais sobre o desenvolvimento têm suas raízes nas abordagens das ciências sociais, em especial no dilema macro/micro. A emergência de toda uma base conceitual para se trabalhar o desenvolvimento local, reflete deficiências do enfoque convencional para analisar os aspectos do desenvolvimento que se realizam em uma escala próxima da humana (SOARES, 2009, p. 3).

Nessa perspectiva, em todo o seu decorrer, o trabalho busca construir ou identificar pontes que liguem as noções de desenvolvimento e sociedade civil e, mais, o que é entendido por desenvolvimento pela sociedade. O autor também procura tratar desenvolvimento como “jogo social”, entendido como um processo articulado, em seus aspectos político-sociais, econômicos e ambientais, com as trajetórias de vida das famílias e com a história das instituições. Nesse universo, a família camponesa é analisada como ator social protagonista, seu real objeto de estudo.

Esse posicionamento se justifica, segundo o autor, por permitir um reposicionamento dos grupos que, por muito tempo, foram privilegiados pelas análises. Esses atores, que eram articulados pelas esferas do mercado e do Estado, passam a ceder lugar no campo de interesses aos até então marginalizados recorrentemente, quais sejam, os que atuam no âmbito da sociedade civil. Esse novo rumo pode ser percebido pela emergência de palavras e expressões como “comunidade”, “capital social” e “cultura” nos debates sobre o desenvolvimento, apontando para o surgimento de um novo conjunto de representações, onde o estudo do pequeno agricultor e sua família – com suas práticas e representações – gera uma nova gama de informações e interpretações sobre a ideia de desenvolvimento e suas variações, dependentes de onde e quando ocorrem. Se antes o foco dominante eram as estruturas econômicas e burocráticas de grande escala e seus agentes como as empresas multinacionais, a economia mundial, o estado burocrático, o sistema internacional ou as organizações multilaterais, hoje, ainda que de forma experimental, as análises dos arranjos sociais e econômicos em escalas mais circunscritas ganham espaço e força representativa nas Ciências Humanas e Sociais.

Em tese, pode-se interpretar a abordagem do autor partindo da problematização – imanente ou implícita – de contrapor o enfoque micro/macro dos atores hegemônicos a uma perspectiva de totalidade (comunidade/sociedade ou humanidade) que inclua no “jogo” – disputas e riquezas – do desenvolvimento os atores e grupos que, por muito tempo, foram excluídos das análises. Cumpre destacar que a abordagem apresenta a própria noção de desenvolvimento como um campo de luta

discursiva (ideológica) e procura revelar e/ou interpretar o posicionamento dos atores sociais, no caso, a família camponesa, neste processo. Outra ponte importante do estudo de Soares (2009) é o seu entendimento, ao analisar a agricultura familiar, de desenvolvimento como um processo social global cuja divisão em desenvolvimento econômico, político, cultural e social é apenas uma facilidade metodológica ou em sentido parcial, de acordo com Jaguaribe (1962).

As teses apresentam distintas e complexas problematizações revelando múltiplos significados e interpretações sobre o desenvolvimento associado à temática do rural.

4 INTERPRETAÇÕES E IDEIAS SOBRE MUNDO RURAL

Assim como no caso da noção de desenvolvimento, as ideias sobre mundo rural também sofreram alterações profundas nas últimas décadas, o que é perceptível em teses e dissertações da última década.

Em sua análise sobre o *Complexo florestal e Extremo Sul da Bahia: inserção competitiva e transformações socioeconômicas*, Pedreira (2008) problematiza a política do território como uma parcela do espaço sobre o qual incide uma dominação, focaliza as dimensões territoriais e ambientais do desenvolvimento rural, definindo-o como um fenômeno, intrinsecamente, local e regional. Um espaço rural alargado com possíveis sinergias entre as atividades agrícolas e não agrícolas (rurais e urbanas), que, na atualidade, estaria marcado pela inserção competitiva no mercado global, pelo aumento da heterogeneidade espacial e pelo surgimento de “ilhas de modernidade” nos vários subespaços do território nacional (PEDREIRA, 2008, p. 24-26). Destaca a autora que a inserção internacional do Brasil tem se dado, predominantemente, por meio da expansão das exportações de produtos agrícola-agroindustriais e de bens intermediários, com destaque para os ramos de processamento baseados em recursos naturais, a exemplo da siderurgia, da química e da celulose. Ganham proeminência as áreas dinâmicas calcadas em especializações produtivas, conforme ocorre com a expansão, na região do Extremo Sul da Bahia, das atividades de

reflorestamento e de produção de papel e celulose (PEDREIRA, 2008, p. 24-26). A partir das entrevistas, Pedreira apresenta algumas visões sobre a região analisada. A primeira, crítica em relação à atual dinâmica de crescimento econômico, considera o avanço da monocultura do eucalipto como altamente destruidor e insustentável, enfatizando seus impactos negativos sob o ponto de vista socioambiental e posicionando-se de forma contrária ao atual modelo de desenvolvimento (2008, p. 132). A segunda visão, embora reconhecendo os problemas e conflitos gerados, tende a salientar as vantagens competitivas, o crescimento econômico, a geração de empregos e a modernidade impulsionados pela presença dos investimentos florestais e industriais do setor de papel e celulose. Na seara governamental, destaca a autora em sua análise, que o investimento da Veracel, empreendimento agroindustrial que integra operações florestais, industriais e de logística, é visto como um projeto de grande importância do ponto de vista da inclusão socioeconômica da região e incorpora camadas de baixa renda da população à dinâmica produtiva, mediante a geração de emprego e renda (PEDREIRA, 2008, p. 134).

Pedreira enfatiza ainda que a maioria dos estudos aponta para o baixo grau de encadeamento do setor de papel e celulose, caracterizando-o muito mais como enclaves. Sua capacidade de geração de empregos é limitada, com reduzidos efeitos a montante e a jusante. Esses estudos guardam aderência com as narrativas vinculadas à visão mais crítica do atual padrão de desenvolvimento da região. São processos de desenvolvimento essencialmente desequilibrantes, nos quais as transformações e a reestruturação da economia regional podem ser aprendidas a partir do processo de apropriação e de incorporação ao circuito dos novos espaços econômicos regidos pela lógica de mercado globalizado, a exemplo do agronegócio, como o complexo florestal-celulósico (PEDREIRA, 2008, p. 136-137). Em outras dimensões, destaca a autora, os relatos, de um lado, revelam que as atitudes e posicionamentos das empresas tendem a reproduzir relações de natureza clientelística, sendo, de alguma forma, “capturadas” pelas relações sociais e políticas características do território e, de outro, demonstram processos de aprendizado e de mudanças socioinstitucionais (2008, p. 138-139).

Gabriela Carames Beskow, em tese defendida em 2010, trabalha o papel do Estado na construção de “ideias de rural”. Sob o título *A pátria é a terra: as representações sobre o campo e o homem rural construídas pelo Estado Novo*, a autora estuda o Estado como uma das instâncias sociais que tentou trazer para o seu âmbito a iniciativa de construir representações sobre o campo e o homem rural. Abordando especificamente o período do Estado Novo, Beskow (2010) averigua as representações elaboradas com o intuito de “retratar” o Brasil e o brasileiro como uma construção social, política e cultural.

Se considerarmos que o período em questão apresentou significativo e vigoroso crescimento industrial, mas ainda sob a hegemonia das forças agrárias que se expandiam nas fronteiras internas em um crescimento extensivo, ambas, forças agrárias e industriais, com incentivos de toda a ordem por parte do Estado dito desenvolvimentista, a nova imagem de homem do campo elaborada buscava

[...] além da produção de riquezas e a participação no desenvolvimento do país, a valorização do campo tinha como objetivo dar conta das necessidades colocadas pelo contexto econômico e social. Tornava-se fundamental promover a fixação do homem no campo, visando pôr fim à ameaça de despovoamento oferecida pelo êxodo rural (BESKOW, 2010, p. 19).

Esse momento da história do Brasil – décadas de 1930 e 1940 – foi de intensificação do processo migratório campo-cidade, diferentemente de momentos anteriores em que, segundo a autora, a migração campo-campo, em busca de melhores terras, era recorrente. Como resultado, esse período assistiu à inversão dos contingentes populacionais, passando os centros urbanos a concentrarem maior população do que as áreas rurais, processo consolidado e facilmente observado nos anos 1950. Em um país com as dimensões do Brasil e com a necessidade de abastecer as cidades em constante processo de crescimento e, na maioria das vezes, sem estrutura para tal, a fixação do homem no campo, orientado, produzindo ordenadamente e abastecendo as cidades era uma necessidade econômica e política. Essa narrativa da autora tende a ampliar-se e a considerar os interesses hegemônicos da agricultura exportadora escondidos nesse discurso, além de seu papel central na

geração de divisas, viabilizadora da “substituição de importações” que aglutinava interesses agrários e industriais da época, inclusive a constituição das empresas estatais. Para tal empreitada, segundo o discurso oficial, era necessário garantir melhores condições de vida às populações rurais, fazendo com que estas não se sentissem atraídas pela ilusão da vida citadina.

É nesse momento que a dualidade rural/urbano ganha contornos mais definidos no Brasil, e a própria ideia de desenvolvimento vigente consolida-se evidenciando a contraposição de “ilhas de desenvolvimento” em contraposição aos espaços vazios, ou uma dualidade entre o Brasil das cidades e o Brasil dos sertões.

Partindo dessa temática, a dissertação de Paula Daniela Munhos, intitulada *Sitiantes e chacareiros do Ribeirão Vermelho: sociabilidade, disputas e transformações de um bairro rural*, defendida em 2007, desenha e decodifica as representações do mundo rural e de sua interface com o mundo urbano em um bairro do município de Alvorada do Sul, no norte do estado do Paraná. A localidade de Ribeirão Vermelho é apresentada como um bairro rural cuja história tem momentos de retração e expansão das representações e da ideia de rural e urbano e sua inserção nessas categorias do ponto de vista dos próprios moradores. Inicialmente, o trabalho discute as

[...] representações que os sitiantes e os chacareiros têm sobre os dois espaços que configuram o bairro atualmente: as chácaras de lazer e os sítios produtivos através da identificação dos sentidos que cada um desses espaços têm para as pessoas que o utilizam como lugar de trabalho e moradia (os sitiantes) ou como espaço de lazer (os chacareiros) (MUNHOS, 2007, p. 01).

A autora parte do princípio de que tais representações são decorrentes da alteração da configuração do espaço, tanto fisicamente como no aspecto socioeconômico. Por um lado, reconhece que as mudanças do espaço são promovidas também pelas transformações das representações em relação a ele, as leituras feitas pelos moradores locais e pelos personagens externos que “olham” para esse lugar. Essa percepção demonstra que a autora tem preocupações com o sistema de

representações simbólicas que, através do tempo, realiza leituras desse espaço em momentos distintos – passado e presente – e faz uso das “ferramentas da memória”.

Outro ponto relevante da análise é a estreita relação que esse bairro rural tem com a cidade e com outros bairros rurais e outras cidades na sua região geográfica, percebido e descrito por seus moradores e sendo considerados aspectos importantes das feições locais. Além disso, “a existência de um forte sentimento de pertencimento à localidade que se expressa na convivência, nas relações de parentesco e de vizinhança, nas práticas coletivas de ajuda mútua, na organização de atividades festivas e pela origem comum” (MUNHOS, 2007, p. 3). Essa abordagem ultrapassa a reprodução simples de conceitos como o de camponês ou agricultor e analisa a própria formação das categorias aplicadas para explicá-los. Esses agricultores familiares – os sitiantes – entendem-se como camponeses, mas não no sentido clássico/tradicional do termo. Suas percepções estão integradas e consideram as relações com o urbano, sem, no entanto, esquecer pontos de tensão, como as dificuldades de acesso à terra, tema recorrente dos discursos do campesinato brasileiro. Isso não exclui nem produz uma ruptura total e definitiva com as tradições camponesas, uma vez que há uma adaptação às novas condições da sociedade contemporânea (MUNHOS, 2007, p. 4). No caso específico do bairro Ribeirão Vermelho, a divisão em propriedades que ocorreu na primeira metade do século XX originou a definição corrente de “sítios”, contrapondo-se ao modelo de propriedade que surge nos anos 1970, que são as chácaras. Ambos são entendidos da seguinte forma Sítio é o espaço onde vivem e trabalham os moradores do Vermelho e chácara é o lugar frequentado por pessoas vindas da cidade, geralmente nos finais de semana. Ambas são categorias nativas utilizadas tanto pelos sitiantes, como pelos “chacareiros” (BRANDÃO, 1995 apud MUNHOS, 2007, p. 21).

Essa separação é percebida localmente e explicada ou justificada pelos habitantes locais como sendo o sítio, para os sitiantes, um local para produção agrícola, de venda – grãos, hortaliças, carne, leite, ovos – para o mercado. A chácara não produz, compra seus mantimentos dos sitiantes. Mesmo que as chácaras tenham uma pequena produção de

subsistência, esta é vista como atividade de lazer dos proprietários e não como trabalho. Outro aspecto importante destacado por Munhos é a ocorrência de uma ressignificação do trabalho nas atividades agrícolas realizadas pelos chacareiros. As atividades agrícolas, quando feitas pelas pessoas de fora do bairro e que lá estão a passeio, temporariamente afastadas de seu cotidiano citadino, é percebida como uma forma de lazer. Assim,

[...] capinar, plantar e colher estão mais próximos de uma jardinagem agrícola realizada no dia de domingo, do que de uma atividade considerada como trabalho. No caso dos sítiantes, o sítio tem o sentido do trabalho, as atividades nele realizadas designam uma profissão, uma inserção do indivíduo na sociedade como agricultor (MUNHOS, 2007, p. 22).

A elucidação do campo paradigmático interdisciplinar do programa, com enfoque para as ideias e interpretações sobre desenvolvimento e mundo rural implícitas e explícitas nas teses apresentadas, demonstra que esses estudos geram um campo polifônico de múltiplos significados possibilitando a construções de múltiplos sentidos e abordagens das questões do desenvolvimento e do mundo rural contemporâneo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises feitas permitem tecer alguns comentários sobre a trajetória do CPDA e os trabalhos produzidos por mestres e doutores formados pelo programa. A trajetória acadêmica do CPDA vai se consolidando como uma nova matriz de análise do mundo rural, não só pelo seu caráter interdisciplinar peculiar dentro das Ciências Sociais, que se preocupa com questões históricas e econômicas, mas também pela sua postulação interpretativa, de que esta hipótese pretende ser as dimensões políticas do mundo rural e de seu desenvolvimento. Nesse sentido, pode-se dizer que o CPDA é ator participante e aglutinador da construção de um novo rural. O olhar do CPDA sobre a agricultura brasileira surge a partir de um determinado arranjo interdisciplinar das ciências sociais e das representações científicas sobre o mundo sócio-histórico brasileiro. O rural construído e revelado pela interdisciplinaridade do CPDA é um “rural” específico e diferenciado do “rural” produzido pelos

programas disciplinares de Economia e Sociologia rurais. Nesse processo de diferenciação, “colou-se” ao CPDA uma imagem, uma ruralidade, uma identidade científica distinta das então existentes.

Essa dinâmica pode ser percebida mais claramente quando o próprio programa passa a se identificar como um programa de “desenvolvimento, agricultura e sociedade”. A percepção de que as identidades do sujeito-objeto do campo científico são abertas, mutantes e não fixas, sugere que o programa vivenciou uma trajetória mais longa, talvez muito mais sólida e consolidada de expansão. Esse processo reflete-se nas linhas de pesquisa do Programa CPDA e nas teses e dissertações defendidas, algumas das quais foram aqui analisadas. Outras, além das aqui citadas, indicam essa mesma dimensão múltipla e de uma interdisciplinaridade peculiar. A construção dos textos, as disciplinas cursadas pelos estudantes e as bibliografias indicadas em seus trabalhos finais também são um indicativo das leituras possíveis quando o tema é desenvolvimento, agricultura e sociedade.

Referências

ANDRADE, A. R. P. de. **Cultura e sustentabilidade**: a sociedade potiguara e um novo mal-estar na civilização. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)– Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BASSO, D. **Estratégias Agroindustriais e Desenvolvimento Sustentável**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)– Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BESKOW, G. C. **A pátria é a terra**: as representações sobre o campo e o homem rural construídas pelo Estado Novo. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)– Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BRANDÃO, C. **A partilha da vida**. São Paulo: Geic/Cabral, 1995.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório de avaliação 2007-2009 trienal 2010**. Área de Avaliação: Interdisciplinar. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=/2010/doc_area/2010_045_Doc_Area.pdf&aplicacao=avaliacaotrienalProjetoRelacaoCurso&idEtapas=undefined&ano=undefined&tipo=undefined>.

DIAS, M. M. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural**: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)– Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. **História da Agricultura Brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOREIRA, R. J.; Costa, L. F. C. (Org.). **Mundo Rural e Cultura**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. v. 1. 314 p.

_____. A gênese da formação interdisciplinar de pesquisadores no CPDA. In: _____. (Org.). **Mundo Rural e Cultura**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, v. 1, p. 15-44.

_____. Mobilizando agendas em torno da pesquisa social em agricultura. O programa CPDA, a APIPSA e o Pronex. In: LIMA, E. N.; LEITE, S. P. (Org.). **CPDA 30 anos**: desenvolvimento, agricultura e sociedade. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad e Edur, 2010. v. 1.

_____. **Terra, Poder e Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOREIRA, R. J. Cultura, política e o mundo rural contemporâneo. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 20, p. 90-118, 2003.

MOREIRA, R. J.; DIAZ-ROCHA, P. E. Interdisciplinaridade na Pós-Graduação: Notas de pesquisas. **Redes**, v. 7, n. 2, maio/ago. 2002.

MUNHOS, P. D. **Sitiantes e Chacareiros do Ribeirão Vermelho**: sociabilidade, disputas e transformações de um bairro rural. 2007

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)– Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PEDREIRA, M. S. da. **Complexo Florestal e Extremo Sul da Bahia**: inserção competitiva e transformações socioeconômicas. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)– Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ROCHA, P. E. D. **Interdisciplinaridade e Meio Ambiente em Cursos de Pós-graduação no Brasil**. 2001. 400 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)– Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

RUBIN-OLIVEIRA, M.; FRANCO, M. E. D. P. Produção de conhecimento interdisciplinar: contextos e pretextos em programas de pós-graduação. **RBPG**, Brasília, v. 12, n. 27, p. 15-35, 2015.

SOARES, Z. A. B. **Agricultura Familiar, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Rural na Região do Bico Do Papagaio – Tocantins**: um estudo sobre as relações entre sociedade civil e desenvolvimento. Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

TEIXEIRA, O. A. Interdisciplinaridade: problemas e desafios. **RBPG**, Brasília, v. 1, n. 1, jul. 2004.

Recebido em 21/03/2016

Aprovado em 01/07/2016